

DOI: 10.12957/transversos.2021.58360

RESISTÊNCIAS, RESILIÊNCIAS E AFETOS:
DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA AFRICANAS
RESISTANCES, RESILIENCES AND AFFECTIONS:
DIALOGUES BETWEEN HISTORY AND AFRICAN LITERATURE

Silvio Marcus de Souza Correa

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil
silvio.correa@ufsc.br

Resumo:

As resistências ao colonialismo foram estudadas sob diferentes abordagens desde os meados do século XX. Em geral, resistência, nativismo e nacionalismo foram articulados em modelos interpretativos sobre as independências africanas. Desde então, a história nacional africana nem sempre esteve afinada às narrativas pós-coloniais da literatura. O cotejo da história e da literatura, através de novas leituras sobre resistências, resiliência e afeto, pode contribuir para um melhor entendimento das sociedades coloniais e pós-coloniais. Sem perder-se na senda bifurcada da historiografia das resistências africanas, o presente artigo propõe uma história entrelaçada em que razão e emoção, afetos e desafetos sejam considerados no estudo das particularidades drama humano em situação colonial e pós-colonial.

Palavra-Chaves: Poesia; Ensaios; Angola; Ruy Duarte de Carvalho.

Résumé

Les résistances au colonialisme ont été étudiées selon différentes approches depuis les années 1960. Des modèles d'interprétation sur les indépendances africaines ont mis en liaison la résistance, le nativisme et le nationalisme. Depuis lors, l'histoire nationale africaine n'a pas toujours été dans la même longueur d'onde avec les récits postcoloniaux de la littérature. La mise en relation entre histoire et littérature peut aider à une meilleure compréhension des sociétés coloniales et postcoloniales, notamment par une nouvelle approche de la résistance, de la résilience et de l'affection. Pour contourner le chemin bifurqué de l'historiographie des résistances africaines, cet article propose une histoire enchevêtrée dans laquelle la raison et l'émotion, l'affection et la désaffection sont prises en compte dans l'étude des particularités du

Abstract

Resistances to colonial rule have been studied under different approaches since the mid-20th century. Generally, resistance, nativism and nationalism were articulated in interpretative models on African independence. Since then, African national history has not always been in agreement with the post-colonial narratives of literature. African history and literature can come together to better understand colonial and post-colonial societies through new readings on resistance, resilience and affection. Without getting lost in the bifurcated paths of the historiography of African resistances, this article proposes an entangled history in which reason and emotion, affection and disaffection are considered in the study of the particularities of human drama in colonial and postcolonial situations.

Keywords: Poetry; Essays; Angola; Ruy Duarte de Carvalho.

drame humain en situation coloniale et postcoloniale.

Mots-clés : Résistance ; Résilience ;
Historiographie ; Littérature.

1. Considerações preliminares

Antes de tratar das resistências africanas na historiografia, gostaria de fazer três breves considerações preliminares. A primeira é sobre o substantivo feminino (resistência), que pode ser uma categoria de análise para o estudo da história, mas também um conceito da física. Em física, tem-se a força de resistência. Todo corpo em movimento sofre a ação de forças dissipativas. Resistência pode também denominar um dispositivo que transforma uma energia em outra, por exemplo, energia elétrica em energia térmica. Em termos mecânicos, a resistência designa a capacidade de um corpo para resistir a uma força aplicada. Essas noções básicas do campo da física podem ajudar – num sentido metafórico – a perceber algumas implicações do uso das resistências africanas como categoria de análise histórica.

A segunda consideração é justamente sobre as formas metafóricas que estão na origem da maioria dos vocábulos do jargão profissional e que guardam certa imprecisão. Sérgio Buarque de Holanda criticou a tendência para uma historiografia cuja linguagem científica procura purgar o vocabulário, eliminando qualquer expressão ambígua, imprecisa ou suspeita de inexatidão. Para o historiador não há vocábulo puro, ou seja, perfeitamente unívoco, petrificado, e válido para todo o sempre (HOLANDA, 1973: p.113-115). Nesse sentido, retomarei adiante o risco de fazer da resistência africana palavra expurgada para balizar o fluxo dos acontecimentos na história da África sob dominação colonial.

A terceira consideração preliminar é relativa ao adjetivo plural (africanas). Na historiografia, as resistências africanas seriam aquelas forças que se opuseram à ação colonial no continente africano. Em termos metafóricos, o colonialismo seria como um corpo em movimento em meio africano e que sofreria resistência nativa de forças dissipativas. O uso do adjetivo plural indica que essas resistências africanas foram múltiplas e variadas. O atributo pode ainda indicar uma particularidade, ou seja, as resistências africanas diferem de outras resistências nos demais continentes à época dos impérios coloniais.

Cabe ainda voltar ao campo da física, onde a ação de forças dissipativas sobre um corpo em movimento pode fazê-lo parar, chegar a um estado de inércia. A força de resistência teria, então, um efeito reativo a uma ação. No caso das resistências africanas, deve-se refutar qualquer predisposição para a ideia de uma África pré-colonial como inerte, sem movimento e, por conseguinte, sem história. Se a resistência africana é a força que se opõe à ação colonial, a África pré-colonial não era de modo algum inerte. Por outro lado, pode-se dizer, sempre em termos metafóricos, que a ação colonial, como qualquer força aplicada sobre um corpo em movimento, perde energia pela força de resistência. Como um dispositivo, a resistência pode transformar uma energia em outra. Por isso, para alguns historiadores, o nacionalismo africano seria uma decorrência da resistência africana diante do colonialismo.

2. Da elasticidade do conceito de resistência

Depois dessas breves considerações, cabe uma consideração sobre a elasticidade do conceito de resistências africanas. Na historiografia africana, as resistências estão quase sempre relacionadas à ação colonial; pois, “a dominação colonial teve por corolário a resistência” (M'BOKOLO, 2011: p.381). Porém, a mesma categoria de análise pode servir para as reações a outras formas de dominação antes ou depois do período colonial?

A abordagem econômica de Samir Amin foi uma das primeiras tentativas de vincular algumas resistências na África ocidental com os efeitos inusitados do período mercantilista (séculos XVII e XVIII). No último quartel do século XVII, os marabutos tentaram organizar um movimento de resistência para acabar com o tráfico de escravos, isto é, a exportação da força de trabalho. Mas eles não visavam o fim da escravidão interna (AMIN, 1972: p.512). Embora a “guerra dos marabutos” não sirva para generalizações, Amin teve o cuidado de não tratá-la como resistência “africana”. Já o historiador franco-magrebino Marcel Bénabou publicou um livro sobre a resistência africana à romanização, no qual o autor enfatizara as resistências “nativas” notadamente no plano cultural, linguístico e religioso (BÉNABOU, 1976).

Desde a Antiguidade, encontram-se “resistências” na história da África. Nos últimos anos, alguns historiadores tratam de resistências africanas do período pré-colonial (ALMEIDA, 2017; ANTUNES, 2017), outros apontam para os limites do próprio conceito (CLEVELAND, 2020; STUCKI, 2020). Retomarei a problemática das resistências africanas mais adiante. Cabe aqui apenas atentar para o seguinte: Os inúmeros conflitos, protestos, greves e outras reações africanas do período pós-independência foram forças de resistências ao Estado pós-colonial? As manifestações populares no Sudão (2019), na Argélia (2019) ou no Mali (2020), que afastaram

respectivamente do poder Omar al-Bachir, Abdelaziz Bouteflika e Ibrahim Boubacar Keïta, podem ser interpretadas como movimentos de resistência? Para além do entendimento das resistências africanas como forças “nativas” dissipativas à dominação colonial estrangeira, cabe indagar sobre o uso do conceito de resistência a formas contemporâneas de reação coletiva a um conjunto de ações de governantes africanos, notadamente para se manter no poder como ocorre em Uganda, na República do Chade ou na Guiné Equatorial.

3. Em torno das resistências africanas

Algumas críticas ao conceito serão apresentadas a seguir para tratar do caminho bifurcado construído por uma historiografia africana. Para uma cartografia alternativa a essa bifurcação historiográfica, sugiro adiante uma abordagem de histórias entrelaçadas por laços de afetos e desafetos, por forças conscientes e inconscientes, que possa superar o reducionismo das meras formas de resistência e colaboração. Em termos metodológicos, o enfoque recai sobre algumas obras da literatura para demonstrar como a economia libidinal estruturou grupos em contexto colonial e como um conjunto de sentimentos e ressentimentos pôde influenciar certas identificações e, por conseguinte, disposições para resistência, indiferença ou resignação. Justifico a minha escolha das obras literárias que servem de esteio aos meus argumentos pela relação delas com as sociedades africanas coloniais e pós-coloniais.

Em seu livro *Culture and imperialism* (1993), Edward Said tratou de obras literárias metropolitanas dos séculos XIX e XX, demonstrando a importância dos romances, entre outras formas culturais, na formação de atitudes, referências e experiências imperiais (SAID, 2011: p.10-11). Recorro à literatura porque – assim como Edward Said – acredito que os romancistas estão “profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus” (SAID, 2011: p.24). Ao considerar a ficção como um efeito do real (CERTEAU, 1987), pode-se contar com elementos narrativos para uma eventual construção de uma “verdade histórica”, inclusive sobre as resistências africanas¹.

A perspectiva de Edward Said me parece a melhor para tratar das grandezas e dos limites da cultura da resistência. Ela amplia o horizonte epistêmico para pensar uma história não linear, mas que contemple, criticamente, as forças anticoloniais do passado colonial e as novas formas

¹ Num ensaio sobre a construção na análise, Freud (1937) recorreu ao termo “verdade histórica” para demarcar a distinção entre uma construção da história e a verdade material inacessível na sua totalidade.

emancipatórias em sociedades pós-coloniais. A abordagem crítica de Said pode ser complementada com aquela da antropóloga Sherry Ortner (1995), para quem o conceito de resistência padece de “magreza etnográfica” (*ethnographic thinness*)².

As resistências africanas foram objetos de uma copiosa produção historiográfica desde o final da década de 1960. O surgimento das resistências africanas na historiografia coincide com os processos de descolonização e de independência africanas. Para Frederick Cooper (2016: p.78), a resistência foi o elemento-chave do enredo da narrativa contínua da história africana. Por meio dela, os africanistas lograram construir uma África de forma assaz original, com ênfase em sua dinâmica interna.

Ao tratar das resistências africanas à dominação colonial, os historiadores destacaram a relação entre a resistência colonial e o nacionalismo africano. Segundo Elikia M'Bokolo (2011: p.681), o nacionalismo teria sido a última fase de uma longa “tradição de resistência”. Um dos primeiros historiadores a propor uma tipologia das resistências africanas, Terence Ranger (1968) demonstrou a conexão entre “movimentos de resistência primária” no início da colonização e o “nacionalismo de massas moderno”. Por seu turno, Ronald Robinson analisou a adesão de africanos ao imperialismo colonial. Para o professor de Oxford, o imperialismo colonial teve fundamentos não-europeus, como a imprescindível colaboração de africanos. “Desde o começo houve resistência a esse domínio, assim como sempre se precisou da mediação nativa para impedir ou esmagar a resistência”, afirmou Robinson (1972: p.120). Como notou Edward Said (2011: p.404), “Robinson poderia acrescentar que muitas das classes e dos indivíduos que colaboraram com o imperialismo começaram tentando imitar o estilo europeu moderno, procurando se modernizar segundo o que era tido como progresso europeu.” Já o historiador Edward Steinhart (1973) chamou atenção para a deformação interpretativa de alguns historiadores que enfatizaram as resistências e os conflitos em detrimento das formas de colaboração e acomodação e viram nas manifestações anticoloniais um sinônimo de protonacionalismo africano. Embora houvesse uma

² No original: “Resistance studies are thin because they are ethnographically thin: thin on the internal politics of dominated groups, thin on the cultural richness of those groups, thin on the subjectivity – the intentions, desires, fears, projects – of the actors engaged in these dramas” (Ortner, 1995: p.190).

crítica dessa tendência de cunho nacionalista no início da década de 1970 (ROBINSON, 1972; STEINHART, 1973; HAFKIN, 1973), houve uma bifurcação no campo historiográfico.

No sétimo volume da História Geral da África (1985), tem-se um exemplo de uma corrente historiográfica que tomou o curso numa só direção. Como se resistência e colaboração fossem vias paralelas, esse volume da coleção da UNESCO seguiu a senda da resistência que foi aberta por alguns dos seus autores³. Sob a direção do historiador Adu Boahen, o sétimo volume da HGA contém oito capítulos sobre as resistências africanas. A maioria deles tratou das resistências “primárias” entre 1880 e 1914. A suposta colaboração africana foi refutada nos seguintes termos: “Nos opomos ao uso deste termo colaboração não apenas porque é impreciso, mas também porque é depreciativo e eurocêntrico”⁴. Para Frederick Cooper (2016: 80), a abordagem de Boahen foi desequilibrada, atribuindo demasiado poder a certos aspectos do colonialismo e deixando de tratar “dos africanos que conquistaram outros africanos, ou dos donos de escravos no litoral do Dahomey, no Sokoto saeliano ou na ilha de Zanzibar que forçaram outros africanos a carregar o fardo da expansão comercial.” Acrescenta Cooper (2016: p.103): “Por mais importante que a resistência possa ser, é possível que o conceito de resistência estreite em vez de expandir a nossa compreensão da história africana”.

Escusado é lembrar que nem todas as resistências foram populares ou progressistas, como bem apontou Nancy Jane Hafkin (1973). Alguns historiadores procuraram ampliar as formas da resistência (VAIL e WHITE, 1983), outros destacaram a sua ocorrência muda e furtiva (CRUMMEY, 1986: p.10) ou criticaram a visão teleológica presente em algumas análises das resistências (GLASSMAN, 1995: p.12). No Brasil, Leila Leite Hernandez (1999) foi uma das primeiras historiadoras a propor um tratamento diferenciado das resistências africanas. A partir da discussão sobre as resistências “primárias” na África, Hernandez tratou das ideologias dos movimentos de resistência e destacou outras formas de protesto social em contexto colonial. Uma nova geração de africanistas brasileiros tem seguido as suas pistas (PAIVA, 2017; MATTOS, 2018).

Na última década do século XX, importantes trabalhos sobre revoltas, rebeliões e resistências africanas foram publicados (LAMPHEAR, 1992; SWITZER, 1993; GLASSMAN,

³ Para Frederick Cooper (2016: p.80), um dos objetivos dessa coleção era destacar o trabalho das primeiras gerações de acadêmicos africanos e africanistas do período pós-independências, para quem a questão chave da fase inicial do período colonial foi a defesa da soberania.

⁴ No original: “We are opposed to the use of this term collaboration not only because it is inaccurate but also because it is derogatory and Eurocentric” (BOAHEN, 1985: 6).

1995). O livro de Jonathon Glassman, por exemplo, demonstrou como conflitos entre os árabes de Zanzibar, patrícios suaílis e suas gentes da costa oriental foram sendo reconfigurados durante o domínio colonial alemão. Os alemães tiveram que fazer arranjos e compor uma acomodação com elites regionais, algumas delas derrotadas pelas armas, porque sem elas o governo alemão não poderia manter qualquer ordem colonial (COOPER, 1996: p. 1008). A fina abordagem de Glassman foi uma alternativa para superar a bifurcação causada na historiografia pela lógica binária (resistência ou colaboração, conflito ou acomodação). Na antropologia, importantes contribuições também apontaram para os limites e os problemas teóricos em torno do conceito de resistência (ORTNER, 1995; KAPLAN e KELLY, 1994; STOLER, 1989).

Algumas formas de resistências foram tratadas de forma inovadora na área dos estudos culturais. Edward Said estudou a dominação “ocidental” articulada com a resistência por ela gerada. No entanto, o autor reconhece que existem muitas variedades de dominação e reação, além daquelas relativas aos impérios ocidentais modernos dos séculos XIX e XX (SAID, 2011: p.44). Por seu turno, Frederick Cooper (2016: p.75) chamou a atenção para “o potencial de violência e opressão que outras formações sociais acarretam.”

No primeiro quartel do século XXI, a resistência foi tema de uma interessante obra coletiva, organizada por Jon Abbink, Mirjam de Bruijn e Klaas van Walraven (2003). Além de estudos de casos de experiências históricas em diferentes geografias, como a resistência dos fulas na África ocidental (BRUIJN e DIJK, 2003), a dos etíopes diante da ocupação italiana (BERHE, 2003) ou a de escravizados na África oriental (DEUTSCH, 2003), alguns capítulos tratam de revoltas e formas de violência nas sociedades africanas pós-coloniais (WALRAVEN, 2003; SEIBERT, 2003). Outro contributo importante desse livro foi o tema da memória da resistência (GEWALD, 2003; MELBER, 2003), que aparece também como um dos tópicos de um outro livro mais recente, organizado por Nuno Domingos, Miguel Jerónimo e Ricardo Roque (2019). Nos dois livros (ABBINK et al., 2003; DOMINGOS et al., 2019), as resistências foram abordadas como experiências históricas e de memória coletivas, sem levar em conta aqueles conflitos outros (violentos ou não) que podem derivar de um efeito inusitado de resistências individuais por motivos conscientes ou não. Crimes diversos e comportamentos individuais condenados pela ordem colonial – e mesmo suicídios, depressão e distúrbios psíquicos mais graves, embora não tenham ocorridos com tal fim –, podem ter produzido um efeito agregado que, por sua vez, impactava como forças dissipativas na sociedade e na economia coloniais.

4. Resistências e motivações (in)conscientes

Na historiografia das resistências africanas, ^[1]elas são (quase) sempre ações conscientes. Cabe lembrar o importante esforço de Terence Ranger e outros historiadores e antropólogos que contestaram a perspectiva colonial de que as resistências africanas eram “irracionais”, movidas por “superstições” e que não passavam de casos isolados. A resistência africana à dominação colonial foi um fenômeno constante, afirmou Ranger (1985: p. 26). Porém, ao propor uma tipologia das resistências africanas e mesmo identificando uma consciência coletiva, a historiografia da resistência minimizou a importância do inconsciente tanto para a resistência de muitos africanos quanto para a identificação de tantos outros com o sistema colonial.

Enquanto fenômeno organizado, regular ou constante, as resistências africanas tiveram uma capacidade de aglutinar pessoas cujos interesses e motivações nem sempre foram unicamente conscientes. No romance *Les racines du ciel* (1956), de Romain Gary, tem-se o exemplo de um movimento de resistência nos confins da então África equatorial francesa. Trata-se de um pequeno grupo de pessoas cujas motivações individuais (conscientes e inconscientes) se coadunam. O movimento coletivo aglutina novos integrantes identificados ao grupo. Nesse romance, os vários interesses (ecológicos, políticos, sociais, individuais...) formam uma resistência coletiva que, para as autoridades coloniais, passa a ter uma conotação anticolonial.

As forças inconscientes ou irracionais de uma resistência têm sido negligenciadas. Porém, o inconsciente pode predispor um indivíduo à resistência, assim como à indiferença ou à resignação diante de uma ordem social estabelecida. Reconhecer as motivações inconscientes não anulam as ações conscientes e tampouco os movimentos de resistência que ensejaram uma consciência de classe (ONSELEN, 1973) ou uma consciência política (ISAACMAN, 1976) ou mesmo uma consciência nacional (RANGER, 1985). Por outro lado, considerar a parcela de uma ação irracional nos movimentos de resistência africana, requer o abandono de algumas posições radicais ainda presas a uma visão teleológica e que minimiza a contingência e os efeitos agregados das ações individuais. Além disso, considerar as motivações inconscientes e os afetos que animam os sujeitos históricos permite rever a bifurcação na historiografia africana que tratou as sendas da resistência e da colaboração como paralelas.

Para tratar dessa bifurcação na historiografia africana, alguns ensaios de Sigmund Freud contêm pistas interessantes. O mestre de Viena abordou a resistência a partir das teorias da libido

e da repressão. Freud estudou os impulsos reprimidos e os mecanismos de resistência do Ego que operam desde tenra idade e moldam o curso da vazão dos desejos. Pelo processo de socialização primária, a criança internaliza certas normas, inclusive para a repressão dos seus impulsos. O processo de socialização primária prepara também o indivíduo para uma vida social.

Em seu ensaio sobre a psicologia de grupo e a análise do ego, Freud abordou a vida mental coletiva, com ênfase para os laços emocionais que unem os integrantes de um grupo. Destacou também dois grupos artificiais (a igreja e o exército), nos quais a estrutura organizacional tem por base a figura do líder como “pai substituto” (FREUD, 1921: p.42). Nesses grupos artificiais com líderes, os integrantes têm a ilusão de que o “pai substituto” protege todos os seus membros. Decorre da dinâmica desses grupos artificiais uma economia libidinal que une os seus, ao passo que a agressividade dos membros do *in-group* é canalizada, geralmente, em direção daqueles do *out-group*. Uma hipótese freudiana era de que outro laço grupal poderia tomar o lugar do religioso. “Haverá então a mesma intolerância para com os profanos que ocorreu na época das Guerras de Religião”, vaticinou Freud (1921: p.47). O nazismo foi um exemplo de grupo artificial com líder, cujos laços emocionais uniram os integrantes entre si e com o *Führer*. Além desse “amor” para com os seus, havia o ódio contra os judeus. Cabe lembrar que o ódio pode “funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva” (FREUD, 1921: p.49).

Cem anos depois dos apontamentos freudianos sobre a psicologia de grupo, notadamente a igreja e o exército, sugiro pensar a adesão voluntária de africanos às missões religiosas e às tropas coloniais. Apesar de haver formas coercitivas para a conversão ao cristianismo ou o recrutamento forçado para as tropas, houve também uma identificação e uma adesão voluntária de africanos tanto nas missões cristãs quanto nas tropas coloniais.

Sabe-se pela etnologia de Michel Leiris (1951), pela sociologia de George Balandier (1955), pela literatura de Ferdinand Oyono (1956) ou pelo cinema etnográfico de Jean Rouch, como no filme *Moi, Un Noir* (1958), que a sociedade colonial representou para muitos jovens africanos uma oportunidade para se inventar, sobretudo no espaço urbano. Malgrado os aparelhos repressivos, a sua estrutura racista e as demais dificuldades intrínsecas à ordem colonial,

jovens acorriam às cidades portuárias, outros ingressavam nas missões e nas tropas coloniais⁵. A partir de alguns exemplos de experiências africanas nas missões católicas ou protestantes ou nas tropas coloniais poder-se-á abarcar a complexidade das relações entre indivíduos e grupos em contexto colonial.

Na literatura africana, algumas narrativas ficcionais ou autobiográficas abordam pelo viés da memória ou das reminiscências da infância a vida escolar, a relação com missionários, funcionários coloniais e o trânsito entre duas culturas. Algumas das personagens de Camara Laye (1953), Ferdinand Oyono (1956) e Chinua Achebe (1958) seguem caminhos que não se bifurcam em um sentido da resistência e outro da colaboração. O mesmo acontece com o herói da resistência Mau-Mau, no romance *A Grain of Wheat* (1967), de Ngugi wa Thiong'o.

Nesse romance de Thiong'o, o jovem Kihika fora enviado para uma escola pertencente à Igreja escocesa por conselho do reverendo Kigondu. Assim que aprendeu a ler, Kihika comprou uma Bíblia. Certa vez, Kihika respondeu ao seu professor. Este último sentiu-se ofendido pelo aluno. O professor resolveu puni-lo na frente de todos. Kihika fugiu da escola. Anos mais tarde, ele foi trabalhar em Nairóbi, onde frequentou reuniões políticas e descobriu a *Kenya African Union* (KAU). De retorno à sua aldeia, começou a pregar. O messianismo cristão se confundia ao discurso nacionalista, religião e política se amalgamavam no pensamento do novo representante do partido na aldeia. Em 1952, o presidente da KAU, Jomo Keyatta, foi preso e o Estado de Emergência foi declarado. Kihika fugiu para a floresta. Tornou-se um guerrilheiro e um mártir da resistência após a sua morte. Nota-se que Kihika passou por diferentes grupos artificiais com líderes. Do grupo escolar para o grupo de correligionários, o “pai substituto” passou do professor para o presidente da KAU. Para além do ciclo familiar e do seu grupo étnico, Kihika mantinha laços afetivos com correligionários. Acontece que nem todo kikuiu seguiu os passos de Kihika. Karanja, por exemplo, entrou para a Guarda durante o Estado de Emergência. Sua escolha pode ter sido decorrência do desafeto da irmã de Kihika. Anos depois, um outro kikuiu, Mugo, é escolhido para fazer o discurso comemorativo no dia da independência. Tido por um herói da resistência, Mugo guarda um segredo: ele foi um traidor durante a luta Mau-Mau. Essas trajetórias

⁵ Para ficar num exemplo, o mais antigo tirano africano ainda no poder, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, presidente da Guiné Equatorial, passou pela escola de missionários espanhóis e pela Academia Militar na Espanha franquista.

mostram que as sendas da resistência e da colaboração não são paralelos e eles têm suas intersecções.

Ainda no romance de Ngugi wa Thiong'o, o jovem Muhoya passou para o lado dos ingleses depois de um trauma. Farto de ver a mãe apanhar, o jovem busca protegê-la e investe contra o pai agressor. Para o seu espanto, “a mulher pegara num pau e lutara ao lado do marido.” Ela berrava: “Ele é teu pai e meu marido.” Humilhado, o jovem fugiu de casa. “Um filho ousara pôr as mãos no pai. Muhoya foi expulso da aldeia. Ficou contente por os ingleses o mobilizarem para combater na guerra deles. Mas nunca esquecerá aquela experiência. Nunca” (THIONG'O, 1981: p.234). No romance de Ngugi wa Thiong'o, outras personagens vão trair seus irmãos de luta ou vão aderir às tropas coloniais por motivos inconscientes. A urdidura da trama dramática de personagens como Kihika, Karanja, Gikonyo, Mugo e Muhoya é feita com fios de amor, de ciúmes, de frustrações, de desejos reprimidos e de resistência do Eu.

Após a luta com o pai, a perfídia da mãe e a sanção coletiva cuja punição foi a expulsão da aldeia, o jovem Muhoya deu prova de sua resiliência. As tropas coloniais acolheram esses jovens desgarrados. Outra alternativa para eles era a fazenda dos colonos. No romance *Carcass for Hounds*, de Meja Mwangi, tem-se uma passagem interessante sobre a nova vida dos adolescentes Maguru e Kahuru:

Nessa altura não havia régulo na aldeia. Os trabalhadores eram dirigidos por um capataz do senhor Jackson, o guarda florestal. A aldeia foi crescendo e a sua população aumentou para mais de trinta famílias. A geração mais nova formou uma sociedade à parte. Esta sociedade dividiu-se em grupos de adolescentes, cada um comandado por um jovem capaz de dominar os outros e que se nomeava a si próprio. Roubavam milho verde dos terrenos dos pais e iam em bandos violar as raparigas das aldeias (MWANGI, 1980: p.32).

Depois de serem cabeças de grupos de jovens, Maguru e Kahuru foram trabalhar para o senhor Jackson. O primeiro chegou a chefiar a Polícia de Segurança da aldeia, antes de ser o primeiro comandante da Reserva Florestal de Pinewood. Certa vez, Maguru foi agredido e humilhado pelo comissário distrital. Sua reação foi “um murro cheio de ódio, repugnância e protesto contra a opressão.” “Maguru teve de fugir antes de o comissário recuperar a consciência”. Por seu turno, Kahuru “denunciou todos os colaboradores dos terroristas na aldeia. Disse o nome deles e acrescentou alguns dos seus inimigos pessoais. Elogiou e exaltou o comissário e, em troca, foi nomeado régulo da Reserva Florestal de Pinewood.” Assim, “tornara-se o mais temido *Simba*” (MWANGI, 1980: p.33).

Em ambos os romances dos dois escritores quenianos, o contexto histórico remete aos meados do século XX, à repressão colonial e à revolta Mau-Mau. As personagens Muhoya e Maguru reagiram, respectivamente, à opressão do pai biológico e do “pai substituto”. Um encontra acolhida nas tropas coloniais, o outro junta-se aos guerrilheiros do movimento Mau-Mau. As trajetórias de Muhoya e Maguru mostram que as fronteiras da resistência e da colaboração são porosas e que o trânsito de uma para outra pode ser feito nos dois sentidos.

Diante da desestruturação de certos grupos primários e secundários durante o colonialismo, pode-se inferir o quanto resistência e colaboração não podem mais ser tratadas por uma perspectiva historiográfica bifurcada. O caso de Kleist Sykes (MORLANG, 2008: p.76-77) revela uma trajetória em que resistência e colaboração podem fazer parte das experiências de uma vida. Já o caso do sudanês Mahjub bin Adam Mohamed (BECHHAUS-GERST, 2007) inscreve-se na lógica da economia libidinal do grupo artificial e cuja organização e estrutura favoreceu a adesão do jovem às tropas coloniais. Outro exemplo foi a participação do “aventureiro senegalês” Abdul Injai e de seus homens nas “campanhas de pacificação” da Guiné (PÉLISSIER, 2006: p.279). Em seu estudo sobre as resistências africanas, Peter Mendy (1994: p.242) retratou Abdul Injai como chefe de um grupo de mercenários, “na maioria criminosos senegaleses e desertores do exército colonial francês”.

No contexto do então Sudão francês, o historiador Abdoul Sow escreveu uma biografia sobre Mamadou Racine Sy, o primeiro capitão negro dos *tirailleurs sénégalais*. Filho de um chefe local da região de Toro, membro de uma importante família toucouleur “aliada” dos franceses, o jovem Mamadou deve ter feito seu o desejo do seu pai. Além do apoio paterno, o *tirailleur* contou com a estima dos seus superiores ao longo de décadas de serviço militar (SOW, 2010: p.21-22). Ele teve uma ascensão militar que não comprometeu o seu status na comunidade de origem. Pelo contrário, os seus serviços militares, inclusive como mediador cultural, parecem ter contribuído para o seu capital econômico, cultural e social. Como membro da aristocracia local, de tradição poligâmica e escravista, Mamadou Racine Sy teve várias esposas, numerosa prole, escravos e mesmo um griot (SOW, 2010: p.27). Embora o capitão “indígena” tivesse quem o estimava e protegia entre os oficiais franceses, nem todos o apreciavam. O comandante superior do então Sudão francês entre 1886 e 1888, Joseph Gallieni, chegou a desconfiar dele por supostas alianças prejudiciais aos interesses dos franceses. O inspetor geral do Sudão, o general Bichot, fez também comentários desabonadores. Malgrado eventuais desentendimentos com um ou outro superior,

Mamadou Racine Sy expressou a sua gratidão numa carta datada de 10 de agosto de 1899. Escreveu que nunca esqueceria, entre outros, o general Faidherbe, os coronéis Bourdriot e Lecamus e o comandante Archinard pela benevolência e pelos benefícios que lhe prestaram (SOW, 2010: p.145). Nota-se que esses homens foram como um “pai substituto” para ele, o que corrobora a teoria freudiana em relação à importância da identificação e dos laços emocionais num grupo artificial com líder.

Os percursos de Maguru e de Mamadou Racine Sy, descritos respectivamente pelo escritor queniano Ngugi wa Thiong’o e pelo historiador senegalês Adoul Sow, mostram que a identificação de ambos com grupos artificiais com líderes tem a ver com afetos e motivações inconscientes. Tal vínculo teve também o velho Meka, personagem principal de um romance de Ferdinand Oyono (1956). O veterano africano chegou a receber uma medalha da administração colonial pelos serviços prestados. Isso não significa que Meka não tenha sabido tirar proveito de seus serviços para si e para os seus. O mesmo aconteceu com Wangrin, outro ancião africano que soube como ninguém ludibriar os administradores coloniais e cuja história foi recolhida e transcrita por Amadou Hampaté Bá (1973).

Atentar para os afetos e para a resiliência dos indivíduos e para a economia libidinal que move os grupos artificiais pode contribuir para compreender as escolhas nem sempre conscientes das pessoas e, por conseguinte, os seus desdobramentos. Por variar de indivíduo para indivíduo, a resiliência mereceu pouca atenção por parte de quem tratou das resistências como movimentos coletivos. No entanto, a capacidade de cada indivíduo lidar com seus desejos e frustrações foi posta à prova durante o colonialismo. Provavelmente, a resiliência das pessoas tem relação com a entropia das forças sociais em contexto (pós-)colonial.

No caso da Somália, Jon Abbink (2003: p.355) chamou a atenção para a dissipação da revolta e da resistência numa cultura generalizada de violência e que fomenta alianças inconstantes e sem objetivos sociopolíticos mais amplos. Em outros países africanos, os conflitos armados entre o exército e os “senhores da guerra” com suas tropas de mercenários e “crianças-soldado” têm sido um catalisador da deliquescência do Estado pós-colonial. Ao mesmo tempo, os elevados gastos com armamento de governos civis e militares da África indicam que, desde a década de 1960, os investimentos na defesa dos países africanos favoreceram a perpetuação de certas elites no poder (BANGOURA, 1992).

Estudos críticos sobre os Estados pós-coloniais em África começam a surgir a partir da década de 1980, notadamente nas disciplinas como história e ciência política (BAYART, 1986; TERRAY, 1987; FARES, 1992; MÉDARD, 1994; BRATTON e VAN DE WALLE, 1997). A inovação de alguns desses trabalhos reside, entre outros pontos, na superação do caminho bifurcado que havia sido aberto pela historiografia da resistência e na perspectiva comparativa que favorece as histórias entrelaçadas.

5. Por histórias entrelaçadas e não bifurcadas

No sétimo volume da História Geral da África, Adu Bohaen (1985: p.808) chamou a atenção para o legado colonial que representava o exército e o seu papel tão decisivo na política da África pós-colonial. Foi ainda peremptório ao afirmar que a instituição militar havia mudado o curso da história africana recente e que os militares no poder eram atores de um processo político em curso no continente. O historiador ganês se referia aos sucessivos golpes militares ocorridos no Congo (1965), na África Central (1965), em Gana (1966), na Nigéria (1966), no Mali (1968) e em Uganda (1971), entre outros.

A ironia da história é que a maioria desses golpes militares teve como líderes antigos soldados das tropas coloniais. Mobutu Sese Seko, Jean-Bedel Bokassa, Kotoka, Chukwuma Kaduna Nzeogwu, Moussa Traoré e Idi Amin Dada iniciaram suas carreiras militares nas tropas belgas, francesas ou britânicas. Todos esses líderes foram para muitos o “pai substituto”, aquele que “ama e protege o seu povo”. Alguns desses ditadores foram ainda chefes do partido único em seus países e abriram a via para ditaduras que duraram décadas.

Embora não tenha vivido para ver a sucessão de golpes de Estado no pós-independência, Frantz Fanon (1961) antevia o risco do exército barrar a revolução. Já Kwame Nkrumah (1970) pôde analisar os primeiros golpes de Estado no continente africano e identificar a maioria deles como instrumento do neocolonialismo.

Na África, o inimigo interno, que é a burguesia reacionária, deve ser desmascarado: trata-se de uma classe de exploradores, de parasitas e de colaboradores de imperialistas e neocolonialistas, dos quais depende a manutenção das suas posições privilegiadas. A burguesia africana é essencialmente a continuidade da dominação e da exploração imperialista e neocolonialista (Nkrumah, [1970] 2018: 103).

Quando ainda era presidente do Gana, Nkrumah escreveu em seu livro *Africa Must Unite* (1963) que a unidade africana era a alternativa aos países africanos para fazer frente ao neocolonialismo. Para o intelectual pan-africanista, a resistência africana ao colonialismo deveria

ser atualizada no contexto pós-independência, pois o neocolonialismo representava um perigo iminente (NKRUMAH, 1965). Assim como Kwame Nkrumah, Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral apresentaram suas teses sobre a importância das resistências em contexto colonial antes da bifurcação na historiografia que preferiu explorar o caminho das resistências africanas e deixar quase inexplorado a via que levou aos regimes militares na África do período pós-independência.

O oitavo volume da História Geral da África foi publicado em 1993 e nenhum dos seus capítulos tratou dos golpes de Estado e tampouco das ditaduras africanas. Nesse volume há mais referência à ditadura em Portugal do que exemplos de ditaduras militares na África pós-colonial. Há uma única menção às ditaduras militares no continente. Trata-se da seguinte alusão no capítulo sobre a construção da nação e dos valores políticos e cujos autores são Joseph Ki-Zerbo, Ali A. Mazrui e Christophe Wondji, em colaboração com A. Boahen:

Em alguns países africanos, à imagem do Gana, da Nigéria, da Costa do Marfim e do Quênia, o pleito por democracia e pelo regime civil começou a manifestar-se desde o final dos anos 1960 e no curso dos anos 1970, após a instauração do sistema de partido único ou de ditaduras militares (Ki-Zerbo et al., 1993: p.592).

O caminho historiográfico já estava bifurcado desde o sétimo volume da História Geral da África. Embora o editor do oitavo volume, Ali A. Mazrui, mencione que mais de 70 golpes de Estado ocorreram no continente desde a independência, não houve nenhuma tentativa de análise de história política sobre o conjunto desse fenômeno pós-colonial. Apesar do silêncio historiográfico, a literatura soube transportar para a ficção algumas aporias políticas das sociedades africanas pós-coloniais. Conforme Cooper (2016: p, 86): “Os romancistas africanos foram os primeiros intelectuais a abordar perante um público alargado, de dentro e de fora do continente, questões profundas acerca da corrupção nos governos pós-coloniais e do grau de persistência da dominação externa.”

Em termos literários, as caricaturas de tiranos africanos encontram-se em livros como *La Vie et demie* (1979), de Sony Labou Tansi, *Le Pleurer-Rire* (1982), de Henri Lopes, e *En attendant le vote des bêtes sauvage* (1998), de Ahmadou Kourouma. Nessas narrativas fantásticas, os países imaginários são como cenários onde os acontecimentos têm paralelo com uma realidade africana pós-colonial. Por exemplo, no romance *En attendant le vote des bêtes sauvage* (1998), Kourouma faz do seu personagem Koyaga uma figura romanesca e uma espécie de arquétipo dos ditadores africanos.

Ainda criança, Koyaga foi para a escola rural. Depois, ele foi enviado para outra escola em Saint-Louis, onde ganha a estima de um coronel que lhe recruta como *tirailleur* de segunda

classe. Nas tropas coloniais, Koyaga fez a guerra da Indochina e da Argélia. Nesse entretanto, o resultado de um plebiscito redundou na independência do seu país natal. Com a desmobilização das tropas coloniais, Koyaga espera ser incorporado à guarda nacional. Mas o novo presidente não quer saber de mercenários que lutaram contra a liberdade dos povos colonizados na armada nacional. Os postos para militares e civis são reservados para aqueles que lutaram contra o colonizador e não para quem lutou a seu favor. Sentindo-se excluído, Koyaga lidera um golpe. O presidente é assassinado. Koyaga integra uma junta governamental com mais três membros golpistas. As conspirações e intrigas acabam quando Koyaga elimina Ledjo, Tima e Jean-Luc Crunet. Torna-se o presidente da República do Golfo e o chefe do partido único. Seu governo ditatorial dura mais de 30 anos. Koyaga logra permanecer tanto tempo no poder ao aniquilar os opositores do regime. Durante décadas, Koyaga conta com o apoio de outros potentados africanos, como também da ajuda externa dos “progressistas” uma vez que ele é considerado uma peça importante no tabuleiro africano durante o contexto da chamada Guerra Fria. O Ocidente tem nele um escudo contra o comunismo (KOUROUMA, 1998: p.288). Em nível internacional, o ditador africano soube tirar proveito de todos os lados e também da política interna africana. Conceitos como resistência e cooperação se confundem em sua trajetória política, cujas contradições, paradoxos e ambiguidades não impedem o tirano sanguinário de ser considerado pelos seus como o Guia Supremo, o Pai da Nação.

Um elemento importante para a análise proposta é que Koyaga integrava seus filhos às Forças Armadas e casava suas filhas com oficiais. “É este laço de sangue, de família que assegura a coesão das Armas do país” (KOUROUMA, 1998: p.301-302). Além das Forças Armadas como extensão da família, Koyaga era o chefe do partido único. Participava dos serviços religiosos dos irmãos muçulmanos, cristãos e “animistas”. De todas as organizações artificiais do país, Koyaga era o líder.

Koyaga e a sua República do Golfo são caricaturas do presidente Gnassingbé Eyadema e do Togo de 1967 a 1990. Nessa história romanesca, outras personagens e outros países imaginários têm correspondência com a realidade africana da segunda metade do século XX. Os dirigentes da República dos Ébanos, da República das Montanhas e da República do Grande Rio são referências respectivamente aos presidentes Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, Sékou Touré, da Guiné-Conakry, e Mobutu, do Zaire (atual RDC). O monarca marroquino Hassan II também inspirou um outro potentado de mais um país imaginário, assim como Jean-

Bedel Bokassa foi o modelo para o imperador Bossouma da República dos Dois Rios. Desse último, a sua biografia é uma paródia da trajetória de Bokassa. O menino órfão fez a escola missionária. Com 18 anos integra as tropas coloniais. Faz a guerra da Indochina. Com a independência do país, ele é incorporado à guarda nacional. Em 1966, o major das Forças Armadas participa de um golpe contra o primeiro presidente da República da África Central. No final de 1977, a autoproclamação de Bokassa como imperador também inspirou Kourouma a inserir em sua paródia a festa do coroamento do imperador e da imperatriz. Cabe lembrar que o imperador africano não foi um títere nas mãos do residente do Palácio do Eliseu. Além das potências ocidentais, Bokassa nutria relações com a União Soviética e outros países socialistas. Em nível africano, Bokassa manteve boas relações com outros tiranos como Mobutu e Idi Amin Dada. A sua aproximação com Khadafi foi um dos fatores que pesaram na sua queda em 1979.

No seu primeiro romance, *Sous le Soleil des Indépendances*, Kourouma (1968) já havia recorrido a um país imaginário para tratar da ditadura na Costa do Marfim. Cabe ainda lembrar que outros autores de romances e de peças de teatro desse período como Mongo Beti, Chinua Achebe, Wole Soyinka, Ngugi wa Thiong'o produziram ficções políticas, destinadas a um público africano de língua francesa ou inglesa, mas também a um público estrangeiro. Surge, igualmente, uma literatura em línguas como ioruba e kikuyu (COOPER: 2002, p.344-345).

As narrativas dessa literatura pós-colonial apresentam personagens com atitudes ambíguas, demasiadamente humanas. Essas atitudes, às vezes contraditórias, podem ter relação com a situação colonial, mas também com outras experiências. É o caso da experiência metropolitana de personagens, como Samba Diallo, no romance *L'Aventure ambiguë* (1961), de Cheikh Hamidou Kane, ou como Mustafa Said, de *Season of Migration to the North* (1966), do escritor sudanês Tayeb Salih⁶. A diáspora como experiência (de resistência ou de resiliência?) foi também tratada em vários romances do escritor Vidiadhar Surajprasad Naipaul. No seu livro intitulado *A Bend in the River* (1979), tem-se um país imaginário no continente africano. Em *Cultura e Imperialismo*, Edward Said comparou alguns dos seus aspectos ficcionais com a realidade africana:

Em *Uma curva no rio* (1979), romance de V. S. Naipaul, um país africano sem nome é governado por um Grande Homem, que nunca aparece e nem se menciona seu nome, que manipula consultores europeus, minorias indianas e muçulmanas, e o povo

⁶ O romance *Tempo de Migrar para o Norte*, de Tayeb Salih, foi publicado originalmente em árabe num periódico libanês em 1966. Em 1969, foi publicada em Londres a sua tradução para o inglês.

de sua própria tribo dentro de uma rígida doutrina nativista (como o culto do Livro Verde de Kadafi ou as tradições tribais inventadas por Mobutu) (SAID 2011: p.408).

O romance aborda o destino trágico de homens e mulheres sob o pandemônio político de um Estado pós-colonial. Segundo o seu narrador, “o país, como outros na África, vivera distúrbios depois da independência” (NAIPAUL, 2004: p.7). Uma cidade em ruínas no interior africano, situada na curva do rio, fora o ponto de encontro de duas civilizações (europeia e árabo-suaíli). Africanos convivem com ocidentais e orientais, entre afetos e desafetos. As personagens de *Uma curva no rio* dão prova de resiliência, como Salim, Zabeth, Mahesh e Shoba. Outros, como Ferdinand, Théotime e Prosper, adaptam-se ao novo regime, emaranhando-se nos fios dos pequenos e podres poderes.

A resistência e colaboração podem fazer parte da vida de uma mesma personagem, ainda mais quando o Estado pós-colonial mobiliza a economia libidinal nas comunidades como aquela na curva do rio. Pertencente a uma família indiana muçulmana da África oriental, Salim havia perdido a sua loja devido ao plano de nacionalização. A sua recusa em pagar propina a um policial redundou em sua prisão temporária. Na cadeia, ele procura mobilizar a sua condição de estrangeiro para sair daquele lugar.

Senti que quase nada me separava daqueles homens no pátio, que não havia razão para eu não ser tratado como eles. Decidi manter e afirmar minha condição de figura à parte, alguém que aguardava o resgate. Ocorreu-me a ideia de que era importante eu não ser tocado fisicamente por um carcereiro. Ser tocado poderia resultar em coisas piores. Decidi não fazer nada que provocasse qualquer contato físico, nem sequer o mais leve. Tornei-me cooperativo. Obedeci a ordens quase antes de elas serem dadas. E assim, no final do meu fim de semana, com minha ira e minha obediência, com minha exposição às imagens e aos sons do pátio, eu já era um prisioneiro curtido” (NAIPAUL, 2004: p.305).

Uma vez liberado da prisão e com a plena consciência da iminência de um massacre, Salim decide fugir do país. A fuga aparece como a alternativa que resta diante do caos, do descalabro pós-colonial, do jogo macabro de elites que se apoderam dos aparelhos de um Estado nacional e manipulam os afetos e desafetos entre os indivíduos das comunidades étnicas e/ou religiosas. Porém, o devir de imigrantes nem sempre coincide com o fim de um tempo de duras provas, como já sabia o próprio Salim.

Mas a Europa aonde eu chegara – aonde sabia desde o começo que chegaria – não era nem a velha nem a nova Europa. Era algo medíocre, vil e repugnante. Era a Europa onde Indar, depois de seu período na famosa universidade, sofrera e tentara chegar a alguma resolução sobre o seu lugar no mundo; onde Nazruddin e sua família haviam buscado refúgio; onde centenas de milhares de pessoas como eu, vindas de partes do

mundo como a minha, haviam forçado a entrada para viver e trabalhar (Naipaul, 2004: p.261).

Apesar de apontamentos críticos ao chamado Primeiro Mundo, *Uma curva no rio* tem muitas marcas do desencantamento com o denominado Terceiro Mundo que “tomou conta de muita gente nas décadas de 1970 e 1980” (SAID, 2011: p.408), inclusive de quem apoiou as lutas de independência na África. Algumas críticas ao nacionalismo africano contribuíam para formular alternativas aos impasses das jovens nações africanas. Afinal, o nacionalismo era apenas “um dos aspectos da resistência, e não o mais interessante nem o mais duradouro” (SAID, 2011: p.410)⁷. Essas críticas ao nacionalismo e a outras formas ideológicas do Estado pós-colonial não foram elaboradas apenas no plano ficcional como nos romances de Ahmadou Kourouma (1968), V. S. Naipaul (1979) ou Henri Lopes (1982). Mongo Beti (1972) fez uma autópsia da descolonização nos Camarões sem recorrer a um país imaginário⁸. Não tardaria para historiadores seguirem as pistas da literatura pós-colonial.

Na literatura pós-colonial, encontram-se exemplos de países africanos imaginários (KOUROUMA, 1968; NAIPAUL; 1979; LOPES, 1982; BETI; 1999) que têm suas histórias entrelaçadas com aquelas dos países ricos. Nesses países do pós-independência, as relações entre política e religião, público e privado, ciência e magia, razão e desrazão, afetos e desafetos parecem desafiar o método cartesiano. O real e o imaginário se confundem e, em alguns casos, torna-se por demais tênue a fronteira entre história e ficção. Aliás, basta ver a “guarda pretoriana” de mercenários israelenses do presidente da Guiné Equatorial para suspeitar dos limites entre realidade e ficção. Destarte, literatura e história africanas podem dialogar mais para o benefício de ambas. Ao menos, é o que já fazem Alain Mabanckou e Achille Mbembe, para ficar em dois exemplos.

5. Considerações Finais

As personagens literárias que (re)agem não apenas guiadas pela razão, mas também pela emoção, pelos seus afetos e desafetos podem inspirar a investigação histórica a tratar certos

⁷ O caso argelino parece emblemático em vários aspectos e as manifestações do Hirak (desde 2019) parecem validar o que anteviu Fanon (1961) sobre as desventuras da consciência nacional e o que afirmou Said (2011: p.411) sobre a Argélia das décadas de 1960 a 1990.

⁸ Mais tarde, o escritor camaronês valeu-se também de um país imaginário para espelhar a realidade africana contemporânea (BETI, 1999).

problemas a partir de novas abordagens sobre trajetórias de vidas humanas e para as quais resistência, resiliência e (des)afetos podem ser componentes solutos ou solventes de uma solução.

As personagens de tiranos africanos de Ahmadou Kourouma servem de exemplos para pensar sobre as relações emocionais, sobre a economia libidinal que estrutura grupos artificiais com líderes como o exército e o partido único nas sociedades africanas pós-coloniais. Contra os regimes de Sekou Touré, Mobutu, Idi Amin Dada, Jean-Bedel Bokassa, Moussa Traoré, Gnassingbé Eyadema, Khadafi, Robert Mugabe e de tantos outros líderes africanos houve uma série de formas de resistência, de indiferença e de resignação. Houve também adesões (in)voluntárias de muitos africanos a esses regimes. Atualmente, em alguns países africanos, o nome desses ditadores ainda evoca em muitos uma “nostalgia pós-colonial”. Em outros países, como na República do Chade e na Guiné Equatorial, seus presidentes atravessam décadas no poder⁹.

Para poder abarcar as motivações psicológicas e as condicionantes sociológicas das ações humanas, as estratégias individuais e coletivas em circunstâncias nem sempre favoráveis ou previsíveis, e compreender historicamente os dramas humanos, deve-se buscar maior precisão conceitual para a investigação histórica, o que não implica abandonar as metáforas ou outros recursos literários para o conhecimento da realidade pretérita.

Combinar as formas variadas de resistências com outras capacidades humanas – como a resiliência – e atentar para as sensibilidades possíveis num determinado contexto histórico são perspectivas promissoras para a compreensão de certas ações, individuais ou coletivas e nem sempre conscientes, diante de estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais de um passado moldado também pelos desejos, pelas paixões, pelos sonhos, pelas frustrações e pelas formas de (re)agir dos seres humanos.

Referências bibliográficas

ABBINK, Jon. Dervishes, *moryaan* and freedom fighters: Cycles of rebellion and the fragmentation of Somali society, 1900-2000. In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p.328-365, 2003.

⁹ O marechal Idriss Déby é o presidente da República do Chade desde 1990 e candidato para um sexto mandato. Já o capitão Teodoro Obiang Nguema Mbasogo está na presidência da Guiné Equatorial desde 1979.

- ACHEBE, Chinua. *Things Fall Apart*. London: Heinemann, 1954.
- ALMEIDA, Carlos, “Fit to the form of Christian living”. Catholic mission and resistance in African lands. *Cadernos de Estudos Africanos*, 33 | 1, p.59-80, 2017.
- AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa-Origins and Contemporary Forms. *The Journal of Modern African Studies*, v. 10, p. 503-524, 1972.
- ANTUNES, Luís Frederico Dias, Formas de Resistência Africanas às Autoridades Portuguesas no Século XVIII: A guerra de Murimuno e a tecelagem de machira no norte de Moçambique, *Cadernos de Estudos Africanos*, 33 | 1, p.81-105, 2017.
- BÂ, Amadou Hampâté. *L'Étrange destin de Wangrin ou les roueries d'un interprète africain*, Paris: UGE 10/18 [1973], 1989.
- BALANDIER, Georges. *Sociologie des Brazzavilles noires*. Paris: Armand Colin, 1955.
- BANGOURA, D. *Les armées africaines (1960-1990)*. Paris : CHEAM, 1992.
- BAYART, Jean-François. *L'Etat en Afrique. La politique du ventre*. Paris : Fayard, 1989.
- BECHHAUS-GERST, Marianne. *Treu bis in den Tod: von Deutsch-Ostafrika nach Sachsenhausen : eine Lebensgeschichte*. Berlin: Ch. Links Verlag, 2007.
- BÉNABOU, Marcel. *La Résistance africaine à la romanisation*. Éditions François Maspero: Paris, 1976.
- BERHE, Aregawi. Revisiting resistance in Italian-occupied Ethiopia: The Patriots' Movement (1936-1941) and the redefinition of post-war Ethiopia. In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p. 69-86, 2003.
- BETI, Mongo. *Trop de soleil tue l'amour*. Paris: Julliard, 1999.
- BOAHEN, Adu. Africa and the colonial challenge, In: BOAHEN, A. (ed.), *General History of Africa*, VII: Africa under Colonial Domination, 1880-1935. UNESCO, London and Berkeley: Heinemann /University of California Press, p.1-9, 1985.
- BRATTON Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- BRUIJN, Mirjam de; DIJK, Han. Resistance to Fulbe hegemony in nineteenth-century West Africa, In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p. 43-68, 2003.
- CERTEAU, Michel. *Histoire et Psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.
- CESAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 1955.

CLEVELAND, Todd. Resisting the Conceptualization of Theft as Resistance and Informing as Collaboration: Capitalization Strategies on Angola's Colonial-Era Diamond Mines, 1917-1975, In: DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel B.; ROQUE, Ricardo (orgs.) Resistance and Colonialism: Insurgent Peoples in World History (Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series). London: Palgrave Macmillan, p. 123-149, 2019.

COOPER, Frederick. Feasts and Riot: Revelry, Rebellion, and Popular Consciousness on the Swahili Coast, 1856-1888. By Jonathon Glassman (Portsmouth, New Hampshire: Heinemann, 1995), *Journal of Social History*, Volume 29, Issue 4, p.1006-1008, 1996.

COOPER, Frederick. *Histórias de África. Capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.

CROWDER, Michael. *West African Resistance*. Nova York: Africana Publishing Corporation, 1971.

CRUMMEY, Donald. (org.). *Banditry, Rebellion and Social Protest in Africa* Portsmouth, New Hampshire: Heinemann, 1986.

DAVIDSON, Basil. *Africa in History*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1968.

DEUTSCH, Jan-Georg. Absence of evidence is no proof: Slave resistance under German colonial rule in East Africa. In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p. 170-190, 2003.

SEP

DOMINGOS, Nuno et al. Rethinking Resistance and Colonialism. In: DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel B.; ROQUE, Ricardo (orgs.) Resistance and Colonialism: Insurgent Peoples in World History (Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series). London: Palgrave Macmillan, p. 1-32, 2019.

FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: François Maspero, 1961.

FARES, Zahir. *Afrique et démocratie. Espoir et illusion*. Paris: L'Harmattan, 1992.

FREUD, Sigmund. Konstruktionen in der Analyse. In: *Studienausgabe*. Bd. X, Frankfurt: Fischer Verlag, p.393-406, [1937] 2000.

FREUD, Sigmund. Massenpsychologie und Ich-Analyse. In: *Studienausgabe*. Bd. IX, Frankfurt: Fischer Verlag, p. 61-134, [1921] 2000.

GARY, Romain. *Les racines du ciel*. Paris: Gallimard, 1956.

GEWALT, Jan-Bart. Herero genocide in the twentieth century: Politics and memory, In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p. 279-304, 2003.

GLASSMAN, Jonathon. *Feasts and Riot: Revelry, Rebellion, and Popular Consciousness on the Swahili Coast, 1856-1888*. Portsmouth, New Hampshire: Heinemann, 1995.

HAFKIN, Nancy Jane. *Trade, society, and politics in northern Mozambique, c. 1753–1913*. Ph.D diss., Boston University, 1973.

HERNANDEZ, Leila Leite. Movimentos de resistência na África. *Revista de História* 141, p.141-149, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da historiografia (O Estado de São Paulo, 17 de junho de 1973), In: COSTA, Marcos (org.) *Para uma nova história* (textos de SBH). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.113-127, 2004.

ISAACMAN, Allen. *The Tradition of Resistance in Mozambique: The Zambezi Valley, 1850-1921*. London/Berkeley: Heinemann/University of California Press, 1976.

KAPLAN, Martha; KELLY, John D. Rethinking Resistance: Dialogics of ‘Disaffection’ in Colonial Fiji. *American Ethnologist*, 21:1, p.123–51, 1994.

LAMPHEAR, John, *The Scattering Time: Turkana Responses to Colonial Rule* Oxford Studies in African Affairs, 1992.

_____ Aspects of Turkana Leadership during the Era of Primary Resistance. *The Journal of African History*, 17(2), p.225-243, 1976.

LAYE, Camara. *L'Enfant Noir*. Paris : Plon, 1953.

LEIRIS, Michel. *L'Afrique fantôme*, Paris, Gallimard, 1951.

LOPES, Henri. *Le Pleurer-Rire*, Paris: Présence Africaine, 1982.

MATTOS, Regiane Augusto de. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2018.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra – história e civilizações – Tomo II* (do século XIX aos nossos dias). Salvador: UFBA, 2011.

MÉDAR, Jean-François (org.). *États d'Afrique Noire. Formation, mécanismes et crises*. Paris : Karthala, 1994.

MELBER, [sép]Henning. ‘Namibia, land of the brave’: Selective memories on war and [sép]violence within nation building, In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p. 305-327, 2003.

MENDY, Peter Michael Karibe. *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Bissau: INEP, 1994.

MORLANG, Thomas. *Askari und Fitafita: "farbige" Söldner in den deutschen Kolonien*. Berlin: Christoph Links Verlag, 2008.

- MWANGI, Meja. *Carça para Cães*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- NAIPAUL, Vidiadhar S. *Uma curva no rio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NKRUMAH, Kwame. *Africa Must Unite*. New York: Frederick A. Praeger, 1963.
- _____. *Neo-Colonialism. The last Stage of Imperialism*. London: Thomas Nelson and Sons, Ltd. 1965.
- OYONO, Ferdinand, *Le Vieux Nègre et la médaille*, Paris, Julliard, 1956.
- _____. *Une vie de Boy*. Paris: Julliard, 1956.
- ONSELEN, Charles van. Worker Consciousness in Black Miners: Southern Rhodesia, 1900-1920, *Journal of African History*, v. XIV, p. 237-255, 1973.
- ORTNER, Sherry. Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. *Comparative Studies in Society and History*, 37(1), p.173-193, 1995.
- PAIVA, Felipe. *Indômita Babel: resistência, colonialismo e a escrita da história na África*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.
- PÉLISSIER, René. *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- RANGER, Terence O. Connexions between "Primary Resistance Movements" and Modern Mass Nationalism in East and Central Africa, *Journal of African History*, 9, p.437-453/631-641, 1968. [L] [SÉP]
- _____. African initiatives and resistance in the face of partition and conquest. In: BOAHEN, A. (ed.), *General History of Africa*, VII: Africa under Colonial Domination, 1880-1935. UNESCO, London and Berkeley: Heinemann /University of California Press, p.25-32, 1985.
- ROBINSON, Ronald. Non-European foundations of European imperialism: Sketch for a theory of collaboration. In: OWEN, Roger; SUTCLIFFE, Robert (orgs.). *Studies in the theory of imperialism*, London: Longman, p. 117-142, 1972.
- ROSS, Robert. Ambiguities of resistance and collaboration on the Eastern [L] [SÉP] Cape Frontier: The Kat River Settlement 1829-1856. In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p. 117-140, 2003. [L] [SÉP]
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SEIBERT, Gerhard. The vagaries of violence and power in post-colonial Mozambique. In: ABBINK, Jon, DE BRUIJN, Mirjam & WALRAVEN, Klaas van (orgs.) *Rethinking Resistance. Revolt and Violence in African History*. Leiden/Boston: Brill, p. 253-278, 2003.
- SOW, Abdoul. *Mamadou Racine Sy: Premier capitaine noir des Tirailleurs sénégalais 1838-1902*. Dakar: Harmattan, 2010.

STEINHART, Edward. The Nyangire Rebellion of 1907: Anti-colonial Protest and the Nationalist Myth. *Eastern African Studies*, 12, p.38-69, 1973.

STOLER, Ann L. Rethinking Colonial Categories: European Communities and the Boundaries of Rule. *Comparative Studies in Society and History*, 31:1, p.134-61, 1989.

STUCKI, Andreas. Beyond Resistance and Collaboration: The “Bargains” of Cooperation in the Spanish Sahara, 1950s–1970s. In: DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel B.; ROQUE, Ricardo (orgs.) *Resistance and Colonialism: Insurgent Peoples in World History* (Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series). London: Palgrave Macmillan, p. 251-270, 2019.

SURET-CANALE, J. "Résistance" et "Collaboration" en Afrique Noire Coloniale', *Etudes Africaines*, p. 319-331, 1982.

SWITZER, Les. *Power and resistance in an African society. The Ciskei Xhosa and the making of South Africa*. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.

TERRAY, Emmanuel (org.), *L'État contemporain en Afrique*, Paris: L'Harmattan, 1987.

THIONG'O, Ngugi wa. *Um grão de trigo*. Lisboa : Edições 70, 1981.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. Forms of Resistance: Songs and Perceptions of Power in Colonial Mozambique. *The American Historical Review*, 88 (4), p. 883-919, 1983.

Sobre o autor:

Silvio Marcus de Souza Correa: Professor dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor pela Westfälische-Wilhelms-Universität Münster (Alemanha), foi pesquisador visitante no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de Lisboa, Instituto de Estudos Avançados de Paris, Centre d'Etudes en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques (CESSMA) da Université Paris 7 e Centro Interuniversitário de História da Ciência e da Tecnologia (CIUHCT) da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo recebido para publicação em: 11 de março de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 30 de julho de 2021.

Como citar:

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Resistências, resiliências e afetos: diálogos entre a História e a Literatura africanas. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 221-246. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.58360

